

Negras paisagens. Primeiras leituras sobre a demolição e o apagamento da igreja da Irmandade do Rosário de Laguna, SC.

Thiago J. Sayão¹



Largo no Morro do Rosário, local onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.
Agosto de 2012.

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Em agosto de 2012 visitei pela primeira vez o Morro do Rosário que fica no centro histórico de Laguna, local onde foi erguida a igreja da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Deparei-me com um terreno baldio, cercado por residências particulares. A sensação foi de um profundo vazio, de um apagamento completo do que foi um dia território dos africanos escravizados e de seus descendentes. Em função das casas construídas no local não é possível mais ver o centro da cidade do alto daquele monte, tão pouco enxergar, da cidade, o cume do Rosário. As casas formam uma espécie de muralha habitada ao redor de um túmulo sem lápide.

A primeira referência que encontrei da Igreja do Rosário está em uma passagem do relato (1858) de Robert Avé-Lalleman: “Numa eminência, no extremo da pequena cidade, eleva-se para o céu, uma igreja meio construída” (1980:35). A aparência de um prédio “meio construído” atesta a dificuldade da Irmandade em angariar fundos para sua

¹ Doutor em História pela UFRGS, professor substituto do CEAD/UDESC. Contato: thiagosayao@hotmail.com

construção. Segundo Nail Ulysséa, o templo começou a ser erguido em 1845, “com muito sacrifício dos pretos”, e teria sido demolida em 1933 “por estar em ruínas e sem ter sido definitivamente terminada” (1976:182).

Desde a segunda metade do século XIX, no contexto do pós-abolição, circularam textos nos periódicos locais clamando pela demolição da capela do Rosário, que interpretamos como um combate político à própria irmandade. Nesse sentido, são inspiradoras as pesquisas de Rebecca Scott sobre o mesmo período citado acima, marcado por múltiplas ações de grupos da elite contra mobilizações dos africanos e afrodescendentes libertos (SCOTT, 2005). Compreendemos que o combate à irmandade do Rosário, simbolizada pela destruição de seu templo, coloca-se em um quadro contextual de apagamento e seus desdobramentos da história de organização e mobilização de grupos de africanos no pós-abolição na América. Segundo uma historiografia que surge nos anos 1980:

O escravo que emergia da nova história social da escravidão era cada vez mais capaz de ação histórica. Tinha adquirido família, vida cultural e comunitária, negociava e muitas vezes atuava no mercado produzindo e vendendo bens e serviços por conta própria. Desta perspectiva, também as atitudes dos libertos passaram a ser analisadas como iniciativas que respondiam a projetos próprios, que necessariamente teriam interferido nos processos de reconfiguração de relações sociais e de poder que se seguiram à abolição do cativo. (RIOS; MATTOS, 2005: 26)

Felizmente a demolição da igreja e o apagamento da irmandade do Rosário não se completaram. As fotografias antigas revelam a posição de destaque da igreja, assim como relatos de viajantes estrangeiros e notas em jornais de época. No entanto, documentos importantes produzidos pela irmandade, como os compromissos e as atas de reunião, permanecem desaparecidos. Por isso voltaremos nosso olhar para as heranças da irmandade presentes nas memórias de afrodescendentes. Nossa pesquisa tem como eixo inicial revelar lembranças de pessoas mais velhas sobre a irmandade do Rosário: igreja, transladações, cerimônias e festas. Também, por meio de entrevistas e consulta a certidões de batismo procuraremos restabelecer os laços familiares dos membros daquela confraria. Nosso ponto de partida é a lista de irmão eleitos em 1910,

publicado no ano seguinte no jornal *O Albor*: Abedenado da Silva Machado, Acyilino Gonzaga, Affonso Sabino, Antão Veríssimo, Antônio Felisberto da Rosa, Antonio Figueiró, Antônio Sabino, Boaventura Antonio Soares, Bonifácio Deoclesio Gil, Bonifácio Jesuino Alves, Cândido Manuel Belmiro, Dino Pinto, Divo da Silva Pinto, Francisco Teixeira, Franklin de Nascimento, Idigio Torres, João Augusto de Carvalho, João Benta, João Estevão, João Fagundes, José Alano de Bittencourt, José Antônio de Oliveira, LucidonioVicente Sypriano, Luiz Tiburcio, Manoel Felisberto, Manuel Alano Fernandes Lima, Manuel Rocha, Pedro Garcia da conceição, Pedro Jeronymo do Nascimento, Pedro Pinto, Salvio Victoria, Sebastião da Silva Lisbôa e Theodoro de Guimarães Cabral.²

O desafio em elaborar uma história social da dissolução da irmandade do Rosário está em compreender o processo de reorganização da comunidade afrodescendentes, em torno das sociedades recreativas Cruz e Sousa e União Operária (ROSA, 2011), assim como acompanhar a formação do bairro da Roseta, hoje denominado Progresso.

A ocupação (do Morro da Roseta) iniciada por famílias pobres teve o seu prosseguimento com a chegada e estabelecimento de famílias proletárias, pequenos trabalhadores do serviço público municipal, portuários e ferroviários; só nos finais da década de sessenta, início da de setenta as primeiras famílias de classe média começariam a se estabelecer no local. Assim sendo, por um longo período, a principal característica do núcleo residencial roseta, era o de ser um local majoritariamente habitado por negros e mestiços desses. (REIS, 1996: 79)

Segundo Aloísio dos Reis (1996), a ocupação da região se deu a partir de 1929, quando as primeiras famílias teriam se instalado no Morro da Roseta. (O autor não cita os nomes das primeiras famílias). A igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, que teria recebido os “despojos sacros da irmandade de Nossa Senhora do Rosário”³, serviu de território de congregação dos moradores, uma vez que, nas palavra de Aloísio: “fortes

² *O Albor*, n. 450, ano X, 24 de junho de 1911.

³ *Idem*, p.80.

motivações religiosas teriam concorrido para a definitiva ocupação do local”.⁴ (Não fica claro quais seriam as fortes motivações religiosas).

Por outro lado, paralelo a formação de um bairro operário de matriz afrodescendente, houve o desenvolvimento das sociedades recreativas formadas por descendentes de africanos. A Sociedade Recreativa União Operária foi fundada em 1903 e funciona até os dias atuais, enquanto o Clube Literário Cruz e Souza atuou entre 1906 e 1950. Dentre os irmãos do Rosário que integravam as sociedades recreativas e republicanas citadas acima estão: Manoel Alano Fernandes Lima, João Augusto de Carvalho, Bonifácio Deoclesio Gil, Pedro Jeronymo do Nascimento, Affonso Sabino, Antão Veríssimo, Antônio Felisberto da Rosa, Bonifácio Jesuino Alves e José Antônio de Oliveira.

Manuel Alano Fernandes Lima era comerciante e alfaiate. Segundo Saul Ulyssea: “foi o único homem de cor que conseguiu vencer o preconceito da época contra os descendentes da raça negra, devido ao seu caráter, insinuação e delicadeza. Frequentava a melhor sociedade”. (1943: 43). Manuel Alano, tesoureiro da irmandade do Rosário antes da mesa de 1910, anunciava em 1886, um pouco antes da abolição, no jornal semanal intitulado *Commercial*, a venda de artigos carnavalescos. João Augusto de Carvalho também era irmão do rosário, além de sapateiro e membro da União Operária. Bonifácio Gil era cozinheiro e comerciante. Pedro do Nascimento exercia a função de carpinteiro, foi o segundo procurador da irmandade do Rosário a partir de 1910, e um dos sócios fundadores do União Operária. Pedro foi casado com Júlia Christina do Nascimento, descendente de africanos que trabalhava como professora. (NASCIMENTO, 2006). Affonso Sabino trabalhava como barbeiro, era “mulato” e músico, era irmão do Rosário, tesoureiro do Cruz e Sousa e sócio do União Operária. O irmão Antão Veríssimo foi zelador do União Operária. Antônio F. da Rosa, mesário da irmandade, foi negociante e presidente do Cruz e Sousa. Bonifácio Alves, também mesário, exercia a profissão de pedreiro e foi um dos fundadores do União Operária. Por fim, o irmão José A. de Oliveira foi vice-presidente do Cruz e Souza.

⁴ Idem, p.78.

É importante lembrar, também, que as práticas nacionalistas na Primeira República, que se acirraram nos anos 1930, quando a igreja do Rosário teria sido demolida, procuravam apagar as diferenças em nome de uma suposta integração social das “raças fundadoras” do Brasil: “índios”, “brancos” (portugueses) e “negros”. Por outro lado, as políticas de reformas urbanas – melhoramentos, para usar o termo da época – e de higienização, potencializaram a segregação social de grupos sociais historicamente excluídos.

Russel-Wood (2005: 228) afirma que uma das justificativas para a construção de capelas para as irmandades era que elas melhorariam a aparência das vilas, e assim, com vilas melhores aparelhadas, as câmaras municipais poderiam encampar reivindicações por privilégios ou mesmo buscar promoção à condição de cidade. No entanto, se na segunda metade do século XIX permitiu-se erguer um templo para africanos escravizados e seus descendentes, na primeira metade do século seguinte o movimento foi inverso, pedia-se a demolição da capela com a justificativa de que ela poluía a paisagem lagunense. No periódico *O Albor* a ruína imponente no alto do morro atestava a “falta de amor a estética da cidade”.⁵

Qualquer forasteiro que aporte à Laguna, quer por via férrea, quer por marítima, tem logo o seu espírito de observador solicitado por uma construção, que pela elevada posição topográfica em que se acha, e pelo simbolismo religioso que reflete, deveria aparecer com outro aspecto e presença; e, não com o da franca ruína e verdadeiro abandono que demonstra. Referimo-nos ao pequeno templo católico, denominado Igreja do Rosário.⁶

Em pesquisas nos jornais que circularam em Laguna no ano de 1933⁷, não encontramos nenhuma informação sobre a demolição do templo. Dall’Alba (1979:117), ao apresentar uma fotografia da fachada da Igreja, datada de 1927, informa que ela teria vindo a baixo na década de 1940. Uma comparação entre duas imagens fotográficas da vista geral da área central de Laguna, uma feita em 1920 e a outra na década de 1930, indicam que foi nos anos 30 do século vinte que a Igreja foi destruída. Apesar de não

⁵ *O Albor*, n.923, 25 de set. de 1921.

⁶ Idem.

⁷ Foram consultados os seguintes jornais de Laguna: *O Albor*, *Correio do Sul* e *A Razão*.

saberemos a data precisa de sua derrubada, podemos dizer, baseados nas informações acima, que aquele espaço de culto reservado à população afrodescendente sobreviveu por cerca de oitenta e cinco anos. Um período longo que não justifica o número reduzido de referências sobre sua existência, tampouco a falta de estudos acerca de sua história social e cultural.

As reflexões sobre a igreja da Irmandade do Rosário de Laguna estão pautadas nas visualidades não-hegemônicas. Em meio às fotografias antigas de uma cidade distante no tempo, com seus vivos casarios em estilo eclético, seu porto carvoeiro pujante, conectado por uma ferrovia, e toda a dinâmica sociabilidade nas ruas e vielas, o que nos causa surpresa e estranhamento não é somente o movimento econômico intenso de uma pequena cidade portuária do sul do Brasil, mas sim a localização, inusitada e imponente, da igreja de N. S. do Rosário, pertencente à irmandade dos africanos escravizados “da costa e crioulos”.⁸

A bibliografia disponível sobre as irmandades negras no Brasil⁹ situam-na em campo de conflito, que oscila entre lugares de controle social da igreja católica; territorialidades contra-insurgentes; e, festividades e rituais étnicos. “A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construía(m) identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto.” (Reis, 1996:9). Russel-Wood vai ao encontro da afirmação de Reis quando diz que as irmandades eram formas de vida comunitária legalmente aceita, que estimulavam o sentimento associativo entre africanos e afrodescendentes, e, ao mesmo tempo, constituía(m) uma “reação direta a uma série de fatores socioeconômicos” (RUSSEL-WOOD, 2005: 230). As irmandades funcionavam como verdadeiras instituições de assistência social para seus membros e familiares, pois pagavam enterros, tratamento médico e por vezes financiavam alforrias.

⁸ Os “da costa” eram os indivíduos vindos da África, já os crioulos descendiam dos africanos escravizados nascidos no Brasil.

⁹ Reis, 1996; Cardoso e Malavota, 2008, 2011; Scarano, 1975; Simão, 2010; Tanccini, 2008.



Figura 1

Vista da cidade de Laguna com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo.
Disponível em: <<http://www.lagunista.com/index2.html>>. Acesso em 03 de set. de 2012.

A figura 1 dá a ver, obliquamente, a Igreja da Irmandade de “pretos da África, a maior parte escravos e poucos já libertos” (Ulysséa, 1976:182), prédio acinzentado que fincava os alicerces acima dos telhados alvos da cidade. Não será, a Igreja, um objeto *aurático* de que nos fala Benjamin (1987, 1994) e Didi-Huberman (1998)? A fotografia, enquanto *experiência aurática*, não suscitaria múltiplas memórias (involuntárias?) e histórias ressonantes da escravização africana e do racismo?

A Igreja do morro do Rosário era o lugar onde iniciavam as transladações noturnas da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos, que acontecia no final do mês de março ou começo de abril, e percorria a Rua da Praia (figura 3) – principal rua da cidade – até findar, na Igreja Matriz. Notas no jornal *A Verdade* pediam: “aos habitantes das ruas por onde deve passar a transladação para iluminarem a frente de seus edifícios”.¹⁰ Em comparação com o desenho urbano de Laguna, vê-se que ela estava posicionada em ponto elevado, mais alto que as torres da Matriz. As fotografias me suscitam questões. Qual o sentimento de um africano escravizado ou afrodescendente que olhava para a cidade de cima do morro do Rosário? Quais as representações que os moradores da cidade tinham daquela igreja localizada em monte elevado? Nas figuras 2 e 3 temos o registro da paisagem que se descortina da cidade a partir da igreja do Rosário. Daí o título do texto: *Negras Paisagens*, inspirado no livro de Schwarcz e Reis (1996).

¹⁰ *A Verdade*, n. 11, 6 de março de 1881.

Propomos uma reflexão sobre a constituição de visualidades a partir da mirada dos afrodescendentes para a cidade e seus próprios lugares sociais. Aqui pensamos os africanos e afrodescendentes enquanto sujeitos históricos, agentes ativos. (FARIA, 1998)



Figura 2

Vista da cidade a partir da Igreja do Rosário.

Disponível em: <<http://www.lagunista.com/index2.html>>. Acesso em 03 de set. de 2012.



Figura 3

Vista da Rua da Praia no cume do morro do Rosário.

Disponível em: <<http://www.lagunista.com/index2.html>>. Acesso em 03 de set. de 2012.

As fotografias que mostram a Igreja do Rosário são testemunhos imagéticos em dois sentidos, revelam tanto a existência da edificação, quanto o processo de

(in)visibilidade de um grupo étnico excluído dos anais da história local tradicional. Segundo Ilka Boaventura Leite: “na literatura científica, o negro é invisibilizado, seja porque não intenciona revelar a efetiva contribuição destes, seja porque os textos vão se deter na sua ausência, na reafirmação de uma suposta inexpressividade.” (1996:40).

Segundo Beatriz Mamigonian, a invisibilidade de africanos e afrodescendentes na historiografia tem origem nos discursos de historiadores catarinenses como Oswaldo Cabral e Walter Piazza, mas também em intelectuais da academia como Fernando Henrique Cardoso, que, a partir de uma leitura comparativa, afirmam a presença diminuta de africanos escravizados e descendentes na Ilha de Santa Catarina e litoral adjacente. Isso se justificaria, segundo estes autores, pelo tipo de produção econômica no sul do Brasil, que seria menos importante que as das regiões agroexportadoras (MAMIGONIAN, 2006).

A atitude de não ver, ou de não problematizar a presença destacada do templo e da Irmandade do Rosário, é prática discursiva repetida nas publicações que referenciam a cidade catarinense de Laguna.¹¹

Provocações fotográficas: o uso da imagem para ativar percepções e memórias

Cada coisa a ver, por mais exposta,
por mais neutra de aparência que
seja, torna-se *inelutável* quando
uma perda a suporta, e desse ponto
nos olha, nos concerne, nos
persegue.

(Didi-Huberman)

As reflexões sobre a igreja do Rosário tiveram início nas imagens fotográficas que revelam uma igreja não existente, partem, portanto, de uma “potência das imagens” (ANTELO, 2004). A fotografia é um suporte privilegiado de acesso aos indícios de uma cultura invisibilizada. As “múltiplas ruas, inúmeros acontecimentos, diferentes imagens

¹¹ Ulysséa, 1976; Dall’Aba, 1979; Lucena, 1998; Ulysséa, 2002; Rosa, 2011.

que escapam de uma mesma foto” (Foucault, 2009:353), são elementos que fazem da fotografia um suporte imagético que se abre à multiplicidade de leituras. A potência da imagem está nos elementos que “vêm do fundo do espaço, e pela propulsão de uma força obscura conseguem jorrar de uma única foto, para divergir em quadros diferentes em que cada um, por sua vez, poderia produzir uma nova série, uma nova dispersão dos acontecimentos”. (Idem)

Segundo Kossoy: “O assunto representado configura o conteúdo explícito da imagem fotográfica: a face aparente e externa de uma micro-história do passado, cristalizada expressivamente”. (2002:37). A fotografia é, nesse sentido, fonte privilegiada para reconstituição histórica de ambientes, mas também de memórias coletivas (Halbwachs, 2006) e relações sociais, seja no âmbito privado ou público.

As imagens fotográficas que revelam o Rosário servem de referência para se pensar territórios de rituais afrodescendentes. A foto é passado que se transforma em presente, quando apropriada pelo sujeito no momento da rememoração. Ela não é apenas índice, é antes denúncia da prática de apagamento da memória. Sua potencialidade está em acusar (pois ela *nos olha*), o exercício das (in)visibilidade. São meios para uma pesquisa que visa rememorações de práticas silenciadas, são objetos culturais que servem de “gatilho para rememoração” (Meneses, 2012:258) ou “suporte da memória” (Schapochnik, 1998:457).¹²

A fotografia da Laguna antiga serve como dispositivo para alavancar memórias e histórias de uma cultura soterrada pela política oficial de patrimônio, e pelo discurso que insiste em manter a invisibilidade da população negra no sul do Brasil. Em uma pesquisa de campo inicial, em conversas com a família Dos Reis (Marilise, Izabel, Antônio Luiz e Joel), percebi que a Igreja e a Irmandade sobrevivem nas lembranças passadas de geração para geração. Memórias encortinadas que resistem ao discurso da história oficial,¹³ enunciado e reproduzido por descendentes das famílias tradicionais

¹² As relações entre fotografia e memória são questões presentes em Barthes, 1984; Kossoy, 2002; Schapochnik, 1998; Michelon e Tavares, 2008; Costa, 2010; Cornelsen e Seligmann, 2012.

¹³ Conjunto discursivo que descende da historiografia local tradicional.

“decadentes”,¹⁴ e que servem, também, de referência para se pensar os conflitos em torno da política de preservação patrimonial daquela cidade (Fonseca, 2009; Pelegrini, 2009).

A própria história-memória da estátua da Santa que ficava no altar da Igreja do Rosário está envolta em mistério e conflito. Joel dos Reis conta que a imagem da Santa está escondida na Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora, localizada no bairro Progresso. Existem dizeres, boatos, sobre a tentativa de se levar a imagem para fora de Laguna, que teria sido impedida pela ação orquestrada por um grupo de afrodescendentes. A existência (ou não) da imagem da Santa do Rosário é mais uma pista que dá acesso às memórias disruptivas envolvendo a Igreja e a Irmandade do Rosário, e consequentemente, as práticas socioculturais de determinados lagunenses, em particular o grupo residente no Progresso, que, segundo Aloísio dos Reis (1996), tem ligação com a cultura carnavalesca da Escola de Samba “Brinca quem pode”, e com as práticas litúrgicas e festivas promovidas pela igreja de Nossa Senhora Auxiliadora.

As entrevistas farão parte da metodologia da pesquisa sobre o Rosário. As questões para as entrevistas estarão ancoradas nas fotografias. Estas utilizadas como objetos para rememoração. Pontos de partida para iniciar, instigar, depoimentos sobre a igreja e a irmandade no cenário social e urbano de Laguna. Os depoimentos orais suscitam falas sobre visualidades, territórios de sociabilidade e de circulação dos afrodescendentes. Nesse caso, a imagem serve como meio para se estabelecer vínculos de afetividade entre o pesquisador e o entrevistado (Barbara; Cunha, 2006:50). Os registros visuais¹⁵, por meio da fotografia, são meios de apontar espaços de visualidade e de (re)territorialidade daquele grupo social.¹⁶

Por fim, pensamos que um estudo sobre o processo de destruição da igreja e de dissolução da irmandade do Rosário, no pós-abolição, que resultou em novos arranjos socioculturais, vem ao encontro de uma historiografia preocupada com as múltiplas

¹⁴ Famílias de comerciantes que residiam no centro histórico, dos “brancos”: Pinho, Ulysséa, Remor, Rótulo, Viana e Mussi; e dos “negros”: Alano e Machado.

¹⁵ Sobre Antropologia Visual: Pinney, 1996; Rocha, 1999; Guran, 2000; Andrade, 2002; Alves e Samain, 2004; Ribeiro, 2005; Samain, 1995 e 2006.

¹⁶ Noção de “vivência fotográfica” (RIAL, 1998: 203).

estratégias de luta por cidadania dos indivíduos e grupos sociais de origem africana, nos últimos anos do século XIX e primeira metade do século XX.

Referência bibliográfica

ANTELO, Raul. *Potências das imagens*. Chapecó : Argos, 2004.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte : Ed. Itatiaia ; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas I*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história cultural. 7ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1994.

CARDOSO, Paulino de J. F.; MALAVOTA, Cláudia M. (org.). *Pretos/as do Rosário: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*. Itajaí, SC : Casa Aberta, 2008.

CORNELSEN, Elcio L.; VIEIRA, Elisa M. A.; SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Imagem e memória*. Belo Horizonte : UFMG, 2012.

COSTA, Tati L. da. *Palimpsestos fotográficos : imagens, lembranças e identificações em narrativas de memórias por pessoas idosas*. Londrina, PR. 2010. Dissertação de mestrado em História. Universidade do Estado de Santa Catarina.

DALL'ABA, João Leonir. *Laguna antes de 1880: documentário*. Florianópolis : Lunardelli, 1979.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo : Ed. 34, 1998.

FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Maria C. L. Para além da *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de S. (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro : Lamparina, 2009.p. 59-79.

FOUCAULT, Michel. A pintura fotogênica. In: MOTTA, Manoel B. da. (org.). Michel Foucault. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Ditos e escritos III. 2ª Ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo : Centauro, 2006.

- KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 3ª ed. São Paulo : Ateliê Editorial, 2002.
- LEITE, Ilka B. (org.). *Negros do Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 1996.
- LUCENA, Liliane M. F. de. *Laguna de ontem a hoje: espaços públicos e vida urbana*. 1998. Dissertação de mestrado em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.
- MALAVOTA, Cláudia M. *Os homens pretos do Desterro. Um estudo sobre a irmandade de Nossa senhora do rosário (1841-1860)*. Itajaí, SC : Casa Aberta, 2011.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R. (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2012. p.243-262.
- NASCIMENTO, Maria A. G. do. *A socialização do escravo em tempos de transição à liberdade: Júlia Christina do Nascimento, mulher negra e professora (Laguna, SC – 1884/1947)*. Tubarão. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação).
- PELEGRINI, Sandra C. A. Historicidades locais: interfaces entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material. In: PRIORI, Ângelo (org.). *História, memória e patrimônio*. Maringá : UEM, 2009. p.77-87.
- REIS, Aloísio L. dos. *Brinca quem pode: territorialidade e (in)visibilidade negra em Laguna, Santa Catarina*. Florianópolis, 1996. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina.
- REIS, João J. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1996.
- RIAL, Carmen S. de M. Contatos Fotográficos. In: *Imagens e Ciências Sociais*. João Pessoa, UFPB, 1998.
- RIOS, Ana L.; MATTOS, Hebe M. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.
- ROSA, Júlio C. da. *Sociabilidade e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903-1950)*. 2011. Dissertação de mestrado em história. Universidade do Estado de Santa Catarina.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.
- SAYÃO, Thiago J. *(Re)tratos insulares: a Ilha de Santa Catarina vista através das representações da paisagem (1890-1940)*. Porto Alegre, 2011. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SCARANO, Julita. *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo : Conselho Estadual de Cultura, 1975.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SCHWARCZ, Lilian M; REIS, Letícia V. de S. *Negras imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil*. São Paulo : Ed. Da USP : Estação Ciência, 1996.

SCOTT, Rebecca. Fronteiras móveis, “linhas de cor” e divisões partidárias. Raça, trabalho e ação coletiva em Louisiana e Cuba, 1862-1912. In: COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. (orgs.). *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

SIMÃO, Maristela dos S. *As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*. Lisboa, 2010. Dissertação (Mestrado em História da África). Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa.

TANCCINI, Thaís. *Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre: entre a destruição e a preservação patrimonial*. Porto Alegre, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ULYSSÉA, Nail. Três séculos na Matriz de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. In: *Santo Antônio dos Anjos da Laguna: seus valores históricos e humanos*. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Florianópolis : IOESC, 1976.

ULYSSÉA, Ruben. *Laguna: memória histórica*. Brasília : Letra Ativa, 2002.

ULYSSÉA, Saul. *A Laguna de 1880*. Florianópolis : IOESC, 1943.